



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Mundo do trabalho.

**CAMINHOS DE RETROCESSO PARA A CLASSE TRABALHADORA NO
CENÁRIO ATUAL**

Ana Caroline dos S. Gimenes Machado ¹

Resumo: O trabalho discute a precarização do mundo do trabalho, proveniente do acirramento da crise capitalista contemporânea que no contexto de reestruturação produtiva conduz a classe trabalhadora a uma inserção em postos de trabalho cada vez mais precários, informais e terceirizados, ao desmonte gradual dos direitos trabalhistas e, ainda ao desemprego em larga escala. Serão analisados alguns efeitos da precarização do trabalho sobre os trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, observando como as metamorfoses na estrutura produtiva e do mercado de trabalho vêm afetando a classe trabalhadora e, refletido, por conseguinte, nas práticas sociais que incidem no processo de reprodução material da força de trabalho, onde se insere a experiência profissional dos assistentes sociais.

Palavras-chave: Trabalho; Desemprego, COMPERJ.

**BACKWARD PATHS FOR THE WORKING CLASS IN THE CURRENT
SCENARIO**

Abstract: The paper discusses the precariousness of the world of work, arising from the aggravation of the contemporary capitalist crisis that in the context of productive restructuring leads the working class to an insertion in increasingly precarious, informal and outsourced jobs, to the gradual dismantling of labor rights and, still to large-scale unemployment. Some effects of the precariousness of the work on the workers of the Petrochemical Complex of Rio de Janeiro will be analyzed, observing how the metamorphoses in the productive structure and of the labor market have been affecting the working class and, therefore, reflected in the social practices that affect the process of material reproduction of the workforce, which includes the professional experience of social workers.

Keywords: Work; Unemployment, COMPERJ.

Introdução

Vive-se na atual conjuntura neoliberal, mudanças significativas no interior da classe trabalhadora e no seu movimento sindical em decorrência das configurações capitalistas atuais, as quais podem se destacar desmonte de muitos dos direitos conquistados, precarização das relações trabalhistas, rebaixamento salarial, aumento da informalidade, a *epidemia* da terceirização, desemprego estrutural entre outras particularidades próprias da reestruturação produtiva.

O cenário da crise político-econômica brasileira que se apresenta atualmente não demonstra sinais contundentes de que seu prazo esteja prestes a expirar. Segundo

¹ Especialista em Assistência Social e Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestranda do Curso de Mestrado Acadêmico em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC/RJ). E-mail: <anacaroline.gimenes.m@gmail.com>.

especialistas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o país vive a pior recessão desde 1948², em face da queda do Produto Interno Bruto (PIB) por dois anos seguidos – 2015 e 2016. O aumento do desemprego e a extensão do tempo médio para retornar ao mercado de trabalho formal corroboram para uma maior pauperização da população. Soma-se a isso a vultuosa discrepância de renda existente na sociedade devido à concentração de riqueza acentuadamente desigual.

Preliminarmente, este trabalho irá apresentar algumas considerações sobre a precarização do trabalho no Brasil, elencando efeitos da reestruturação produtiva que afetam a *classe-que-vive-do-trabalho*, como a fragilização das relações trabalhistas, aumento da informalidade, expansão da terceirização, desregulação das legislações protetoras do trabalho e desemprego estrutural.

Posteriormente, alguns impactos da precarização do trabalho serão observados a partir de análise em andamento sobre os trabalhadores do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), compreendendo quais alguns reflexos das demissões em massa que afetaram esses trabalhadores, devido a interrupção das obras de refinaria. Será utilizado um estudo organizado pelo Sistema de Indicadores de Cidadania (Incid) apresentado em 2015 a partir da metodologia do Sistema de Indicadores de Cidadania, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Neste contexto, observar-se-á a importância do assistente social analisar as manifestações da questão social na conjuntura atual, desvelando as demandas apresentadas à luz de uma reflexão crítica, não perdendo de vista que pertence a mesma classe com que intervém e que seu trabalho também está permeado por contradições e dilemas do “mundo do trabalho”. Assim, objetiva-se refletir sobre as sérias consequências advindas do modo de produção capitalista que afetam integralmente a classe trabalhadora, da qual o assistente social faz parte.

Precarização no mundo do trabalho

O contexto de crise atual é fruto de uma crise sistêmica engendrada no próprio modelo capitalista e que avança desde a década de 1970, trazendo contornos peculiares para o

² Revista eletrônica *ISTOÉ*: “Brasil tem a pior recessão desde 1948, diz IBGE”. Disponível em: <<http://istoe.com.br/brasil-tem-a-pior-recessao-desde-1948-diz-ibge/>>. Isto É, São Paulo, 7mar. 2017. Acesso em: 18 jun.2017.

século XXI. Harvey (2011), analisando o cenário de países capitalistas, pondera que o neoliberalismo surge nesse período como estratégia de enfrentamento da crise, legitimando “[...] políticas draconianas destinadas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista” (HARVEY, 2011, p. 16).

A ofensiva do capital instaurou o projeto neoliberal com seus planos de ajuste em diversas economias mundiais, sobretudo na economia brasileira, que com a ampliação da dívida externa a juros flutuantes fortaleceu sua dependência financeira. Faz-se necessário observar algumas especificidades da conjuntura neoliberal brasileira que produziram novas expressões de uma questão social mais expandida e diversificada nesse contexto de crise.

As grandes corporações mundiais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, empreenderam um conjunto de estratégias para recuperar as taxas de lucros perdidas com o fim do que Mandel (1990) denominou como: *onda longa expansiva* – a qual foi desfrutada nos países capitalistas desenvolvidos e financiada pelos países periféricos. O advento do neoliberalismo, com o intuito de desbaratar a crise iniciada na década de 1970, acentuou a lógica destrutiva do capitalismo monopolista³, pois, podem-se perceber mudanças substantivas na gestão e organização do trabalho.

Além do conteúdo econômico, – no qual se observa uma culpabilização⁴ equivocada sobre a Previdência Social brasileira – está imbricado nessa crise o conteúdo político de disputa de interesses das classes sociais envolvidas. As soluções para costurar as roturas que o capitalismo tende a deixar no tecido social do Brasil têm sido cosidas através do rompimento de pactos sociais estabelecidos desde a década de 1940. A natureza contraditória do modelo capitalista, para crescer sua acumulação, recria as condições responsáveis por potencializar suas contradições e fomentar suas crises.

Expressivas transformações sofridas na esfera da produção vêm afetando fortemente a classe trabalhadora e seu movimento sindical. Isso se intensifica em países com histórica e profunda desigualdade social como o Brasil. Antunes e Druck (2014) analisam que o trabalho contratado e regulamentado, predominante no século XX, vem

³ Também denominado de capitalismo financeiro, busca maximizar os lucros por meio do controle dos mercados, ainda que ao custo do acirramento das contradições fundamentais do capitalismo associado a novas formas de antagonismos de classes.

⁴ O Estado, fortemente aliado com as frações burguesas da sociedade, atribui o momento de crise econômica brasileira à Previdência Social, afirmando que existe um desfalque na Previdência ocasionado pelo “excesso” de benefícios e aposentadorias, quando na realidade, rotineiramente, sobejam-se os benefícios, renúncias e desonerações fiscais que o governo outorga às grandes empresas.

sendo substituído por diferentes formas de terceirização, precarização e informalidade, e que esta, tem deixado de ser exceção para se tornar regra.

No Modo de Produção Capitalista (MPC), o aumento da riqueza determina o aumento da pobreza. Segundo Montaña (2012, p. 279), “[...] no MPC não é o precário desenvolvimento, mas o *próprio desenvolvimento* que gera desigualdade e pobreza”. Com os avanços tecnológicos e a troca cada vez mais crescente do trabalho vivo pelo trabalho morto, ou seja, das pessoas pelas máquinas, muitas atividades laborativas se tornaram dispensáveis, obsoletas e, até mesmo, inexistentes. Um contingente expressivo de trabalhadores é conduzido ao desemprego, por não conseguirem mais se inserir no mercado de trabalho formal, visto que, o trabalho que antes executavam agora é realizado por maquinários que os substituem, em menor tempo, com maior produtividade, não sendo, assim, mais assimiláveis por este processo.

Maranhão (2010) elucida que, se por um lado, houve a ampliação da ciência, da tecnologia e da riqueza, por outro, observa-se o crescimento da desigualdade social, da pobreza e da miséria, o que denota, segundo o autor, um paradoxo. O desenvolvimento econômico alcançado através dos planos de ajuste não significou redução da desigualdade social para a população. Conforme cresce a inserção de mecanismos tecnológicos para o crescimento de lucros, cresce o número de pessoas desnecessárias ao processo de acumulação capitalista. Santos (2012) corrobora com essa afirmação, ao ponderar que “[...] o desenvolvimento tecnológico se torna determinante do desemprego” (SANTOS, 2012, p. 27), uma vez que a quantidade de horas na produção tende a diminuir, tornando dispensáveis outros trabalhadores.

Os efeitos dos ajustes neoliberais sobre a classe trabalhadora tem sido desastrosos. Os programas de austeridade, supressão ou redimensionamento dos gastos públicos, principalmente os gastos sociais, juntamente com os processos de mercantilização e privatização, ampliaram as expressões da questão social (BEHRING, 2013). Nesse contexto de reestruturação produtiva⁵, as relações trabalhistas se tornaram mais fragilizadas, muitos dos direitos conquistados foram desregulamentados, houve crescimento do desemprego e, com isso, agravamento da pobreza. Conforme Mota (2010), “[...] as transformações ocorridas nos processos e nas relações de trabalho

⁵ Configura-se por ser um processo utilizado como uma estratégia para enfrentamento da crise do capital dos anos de 1970, por meio da reorganização do processo de produção de mercadorias, visando à recuperação da taxa de lucros.

afetaram profundamente a composição e a prática político-organizativa dos trabalhadores” (MOTA, 2010, p. 41). Deste modo, a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais (ANTUNES, 2011).

Mészáros (2011), em suas análises sobre o aprofundamento da crise estrutural do capital, alerta que o desemprego reverbera também para um quantitativo significativo de trabalhadores *altamente qualificados*, assegurando a crise estrutural incide sobre a “[...] *totalidade da força de trabalho* da sociedade” (MÉSZÁROS, 2011, p. 69). Observando os trabalhadores franceses, Linhart (2014) chama atenção para uma forma de precarização que afeta até mesmo os trabalhadores estáveis, uma precariedade subjetiva que se traduz na ausência de segurança no trabalho e que influi drasticamente na vida do trabalhador.

Apesar de ter um emprego formal, teoricamente estável, o trabalhador sente a necessidade de justificar constantemente a vaga que ocupa, provocando medo, ansiedade e insegurança, o que pode adoecer o trabalhador. Essa problemática, contudo, é muitas vezes individualizada, ao culpabilizar o trabalhador, perdendo a dimensão coletiva necessária para a formulação de respostas.

Nesta conjuntura, muitas empresas reduzem o quantitativo de funcionários para economizar gastos. No modo de acumulação flexível, predomina o tipo de “empresa enxuta” que consegue aumentar sua produtividade mantendo um número menor de funcionários (ANTUNES; DRUCK, 2014). Esses cortes no *capital variável* têm se tornado cada vez mais recorrentes e o tempo para se realocar no mercado de trabalho vem se expandindo devido à ampla concorrência. Segundo Maranhão (2010), houve um aumento no tempo médio da procura por trabalho, ou seja, “[...] o mundo industrializado se caracteriza cada vez mais pelo desemprego de longa duração” (MARANHÃO, 2010, p.94). Esse crescimento abrupto do desemprego acirrou ainda mais a distribuição de renda no país.

Ressalte-se que a atual conjuntura brasileira é marcada pela informalidade e o desemprego oculto pelo trabalho precário, os quais vêm se ampliando cada vez mais. “Os ‘sem-emprego’, grupo constituído pelos desempregados e pelos trabalhadores informais, são hoje a maioria dos trabalhadores brasileiros” (DRUCK, 2013, p. 65). A autora, em sua crítica sobre a precarização social do trabalho no Brasil, afirma que a situação que melhor demonstra a fragilização que afeta o mundo do trabalho é o desemprego, que “deixa de ser uma condição provisória e transforma-se numa situação

de longo prazo ou mesmo permanente” (p. 62). A precarização, de acordo com Antunes e Druck (2014, p.13), “[...] passa a ser o centro da dinâmica do capitalismo flexível”.

O fenômeno da “terciarização”, que é a expansão do setor terciário da economia no país teve uma significativa queda no cenário econômico atual. Este segmento está relacionado à prestação de serviços, dentre os quais, serviços considerados não essenciais, que tendem a ser cortados nos períodos das crises cíclicas do capital. Os trabalhadores absorvidos pelo setor terciário da economia tendem a sentir os primeiros reflexos de crises econômicas. "Com a redução do emprego e da atividade econômica, a demanda interna diminui", aponta o presidente da Confederação Nacional dos Serviços (CNS), Luigi Nese⁶.

O desemprego ficou em 12,6% no trimestre encerrado em agosto de 2017, segundo dados da Pnad Contínua divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁷. Houve uma queda de 4,8% em relação ao trimestre terminado em maio, de acordo com a mesma pesquisa. Porém, a diminuição do desemprego ocorreu devido ao aumento da informalidade e pelas contratações no setor público, de acordo com o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo⁸. Em comparação com o mesmo trimestre de 2016, contudo, houve aumento de 9,1%, o que mostra que em agosto de 2017 o Brasil tinha 1,1 milhão de desempregados a mais que no mesmo período de 2016, segundo indica o IBGE. Assim, o número de desempregados até agosto de 2017 era de 13,1 milhões no Brasil.

Cabe ressaltar que não se pode assegurar uma absoluta credibilidade desses dados, uma vez que a imprecisão estatística pode favorecer determinados grupos intencionalmente. Netto (2007), ao apresentar dados de uma pesquisa sobre distribuição de renda, salienta que esses indicadores são controversos. Em se tratando de pesquisas referentes ao desemprego no Brasil, poder-se-ia inferir que diversas categorias de subempregos são desconsideradas, assim como trabalhos precarizados podem ser contabilizados como espaços laborativos ocupados. Nesse sentido, o quantitativo de desemprego oculto pode ser maior.

⁶ Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/setor-de-servicos-volta-a-crescer-e-ajuda-na-recuperacao-da-economia.ghtml>>, publicado em: 1º set.2017. Acesso em: 1º dez. 2017.

⁷Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-126-em-agosto-diz-ibge.ghtml>>, publicado em 29 set. 2017. Acesso em: 29 nov. 2017.

⁸Idem.

Os postos de trabalho responsáveis pela ínfima redução do desemprego estão entre os mais informais e precarizados. Ainda assim as fileiras de desempregados não param de crescer. Santos (2012) alerta que “as formas de trabalho mais instáveis e menos protegidas tendem a se ampliar, fazendo com que o medo de perder o emprego apareça novamente como a principal força disciplinadora do trabalho” (p. 197). A necessidade de se manterem nos espaços ocupacionais, impele os trabalhadores a se submeterem a condições aviltantes de trabalho. Neste sentido, crescem postos de trabalhos precarizados, terceirizados, temporários, sem garantias e sem direitos trabalhistas.

Um conjunto de contrarreformas vem sendo adotadas. Dentre elas, destaca-se a questão previdenciária. A proposta da reforma da Previdência – PEC 287/2016⁹, ainda em discussão e que deve passar por votações no Congresso. Ela prevê, entre outras, mudanças na idade mínima de aposentadoria, no tempo mínimo de contribuição, no cálculo da aposentadoria e na Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Além dessas alterações, para àqueles que pertencem à *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 2011), cabe ressaltar que entrou em vigor, em novembro de 2017, a nova lei trabalhista¹⁰, com mais de 100 pontos de mudanças na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Dentre as quais pode-se elencar: a jornada de trabalho intermitente, remuneração de acordo com horas trabalhadas, negociação do tempo de descanso do trabalhador, pagamento das custas de processos de ações trabalhistas e permissão de mulheres grávidas e lactantes em ambientes de trabalho considerados insalubres. Soma-se a isso a chamada Lei da Terceirização (Lei nº 13.429/17), que permite a terceirização de qualquer atividade nas empresas, com prejuízo dos benefícios trabalhistas e aumento de tempo do trabalho temporário.

A decomposição do trabalho regulamentado e de suas garantias – fruto de lutas dos trabalhadores por direitos sociais – vem sendo substituído por formas cada vez mais precarizadas que buscam lograr uma superexploração do trabalhador. Deste modo, a desregulamentação das legislações protetoras do trabalho demonstra uma forma ainda mais perversa da precarização do trabalho. As modalidades informais, as quais não

⁹ Disponível em:

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9B2A4B2EE6D83792578121D6878DFA91.proposicoesWebExterno2?codteor=1514975&filename=PEC+287/2016, acesso em: 8 jun. 2017.

¹⁰ [Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.](#)

possuem garantias de direitos, vêm ganhando espaço na conjuntura atual, o que amplia o cenário de precarização.

O desemprego crescente tende a provocar conformação e naturalização dos processos de precarização do trabalho na sociedade, corroborando para a ampliação da exploração da força de trabalho. Ao discorrerem sobre os impactos da terceirização, a qual está intrinsecamente ligada à precarização, Antunes e Druck (2014) ponderam que “a terceirização é o fio condutor da precarização do trabalho no Brasil” (p. 20). Os autores sintetizam a prática da terceirização descrevendo que:

[...] as empresas do setor industrial buscam garantir seus altos lucros, exigindo e transferindo aos trabalhadores a pressão pela maximização do tempo, pelas altas taxas de produtividade, pela redução dos custos com trabalho e pela “volatilidade” nas formas de inserção e contratos (p. 17).

As mudanças no mundo do trabalho afetam diretamente a classe trabalhadora, levando-a se submeter a espaços ocupacionais cada vez mais instáveis, a fim de obter seus meios de sobrevivência. Dentro deste contexto, analisaremos o processo de implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, bem como suas repercussões para os trabalhadores deste megaempreendimento.

Impactos da precarização do trabalho para os trabalhadores do Comperj

O Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro configurou-se como o maior empreendimento individual de toda a história da Petrobrás, construído a partir da parceria entre o grupo Ultra, o BNDES e a Petrobrás, sua criação foi anunciada em 2006 pelo Governo Federal. Os investimentos, avaliados em cerca de US\$ 8,4 bilhões atraíram para o município de Itaboraí distintas frações da sociedade, que viam na implantação deste empreendimento um estímulo para instalação de empresas e indústrias, geração de empregos diretos e indiretos, trazendo para o município (e arredores) a promessa de desenvolvimento e produção de riqueza.

Muitos empreendimentos se instalaram na região do município de Itaboraí, o que despertou o interesse de um número expressivo de pessoas, vislumbrando oportunidades de trabalho. De acordo com um relatório publicado pelo Dieese¹¹, em 2013,

¹¹ “A invisível cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras do Comperj”, publicado em março de 2015 pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

a construção do Comperj é citada como uma das cinquenta principais obras de infraestrutura do mundo. O dossiê estima que, diretamente vinculados às atividades de construção do Comperj, foram gerados 30 mil postos de trabalho no período entre os anos de 2012 e 2014, ainda que terceirizados e permeados por espaços ocupacionais precarizados, contratados por empresas de grande porte como Alusa, Queiroz Galvão, Camargo Correa, Delta, Toshiba, entre outras.

Entretanto, conforme apontou o estudo organizado pelo Sistema de Indicadores de Cidadania (Incid), apresentado em 2015, devido à investigação de denúncias de favorecimento e desvio de dinheiro nos contratos de grandes empreiteiras com a Petrobras, que envolviam empresas contratadas para as obras do Comperj e, também, por causa de mudanças no planejamento original do empreendimento, tendo reduzido à apenas uma o número de construções de refino, em meados de 2014 e início de 2015 ocorreram interrupções nas obras, demissões em massa no Comperj, falência de empreendimentos na região levando à frustração das previsões otimistas em relação ao desenvolvimento do complexo petroquímico e suas repercussões.

Conforme o Incid (2015), os resultados de uma pesquisa realizada a respeito da condição dos direitos dos trabalhadores contratados para construir o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) a partir da metodologia do Sistema de Indicadores de Cidadania, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), a implementação das obras do Comperj, no município de Itaboraí/RJ, afetou tanto o meio ambiente quanto as condições de vida da população dessa cidade e dos municípios ao redor. Segundo o estudo supracitado, entre as principais violações de direitos dos trabalhadores de grandes empreendimentos em todo país destacam-se:

A informalidade, a elevada rotatividade (em razão do caráter cíclico da atividade e das estratégias empresariais), a terceirização e subcontratações sucessivas (intensificadas com a reestruturação produtiva), o domínio do regime de remuneração de acordo com a produtividade, o recurso excessivo a horas extras e questões relativas à saúde e segurança do trabalhador e da trabalhadora, em decorrência do alto índice de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Adicionalmente, em muitos canteiros surgiram reivindicações que denunciavam as péssimas condições às quais esses trabalhadores e trabalhadoras estavam submetidos, como a insalubridade nos alojamentos, a falta de higiene nos refeitórios e o racionamento de alimentação nos canteiros, a diminuição do tempo para as “folgas de campo”, relações autoritárias de trabalho, com relatos de abusos e humilhações, entre outras. [...] A ausência de estabilidade é outro fator que afeta diretamente as condições de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras da construção, uma realidade imposta pela dinâmica de rotatividade: na maioria dos casos, os trabalhadores e trabalhadoras são contratados na modalidade por prazo determinado, em geral,

inferior a dois anos. Para o trabalhador e a trabalhadora, essa situação gera insegurança em relação à manutenção do posto de trabalho, além de diminuição da remuneração. Para o empregador ou empregadora, esse é mais um mecanismo de redução de custos. (INCID, 2015, p.41).

A expansão da terceirização traz consigo diferentes formas de precarização dos trabalhadores terceirizados, tanto nos tipos de contrato, como na remuneração, nas condições de trabalho e saúde e, ainda, na representação sindical, conforme aponta Antunes e Druck (2014, p. 19) sobre uma pesquisa de Druck e Franco (2007). Soma-se a isso a insegurança devido à instabilidade no emprego que, por vezes, apesar de formal, também é terceirizado, o que pode conduzir o trabalhador ao desemprego abruptamente, como ocorreu com os trabalhadores do Comperj, sem que estes recebessem suas verbas rescisórias.

Neste contexto, as organizações políticas dos trabalhadores têm um papel fundamental de resistência diante aos impropérios a que os trabalhadores são submetidos pela lógica da ofensiva do sistema capitalista. Os sindicatos se configuram como representantes dos interesses coletivos dos trabalhadores, ainda que, para isso, necessitem se posicionar contra às empresas contratantes dos trabalhadores. Portanto, estaremos analisando o papel dos sindicatos dos trabalhadores do Comperj, observando sua participação e representação frente às negociações com as empresas empregadoras no processo de paralisação das obras do complexo petroquímico.

Faz-se necessário observar ainda, como tem se desenvolvido a relação da Política de Assistência Social do município frente às implicações da implantação e paralisação das obras do Comperj. Visto que o município de Itaboraí teve um grande aumento populacional, instalação de novas empresas, explosão imobiliária, significativo fluxo migratório entre outras questões que repercutiram nas políticas sociais no município.

Atuação do assistente social frente à conjuntura atual

Atualmente, com contornos expressivos de uma crise política-econômica no Brasil, não se pode realizar uma prospecção positiva para os próximos anos e, seus desdobramentos ainda não são previsíveis. A ampliação do número de sujeitos sociais sem emprego reflete drasticamente em diversas áreas. E o Estado, em vez de concentrar sua intervenção nesse quadro preocupante possibilitando o aumento do acesso a empregos formais, comprime os ganhos conquistados pela classe trabalhadora, enraíza as

orientações neoliberais, reservando poucas intervenções assistencialistas para aqueles que possuem o *mérito da necessidade*.

O contexto de retração financeira, de desresponsabilização do Estado frente às demandas sociais, de desregulamentação de direitos, e de desemprego estrutural se reflete no trabalho dos assistentes sociais. Raichelis (2010) assevera que

O agravamento da *questão social* decorrente do processo de reestruturação produtiva e da adoção da programática neoliberal repercute no campo profissional, tanto nos sujeitos com os quais o Serviço Social trabalha — os usuários dos serviços sociais públicos — quanto no mercado de trabalho dos assistentes sociais que, como o conjunto dos trabalhadores, sofrem o impacto das metamorfoses que afetam o trabalho assalariado na contemporaneidade, submetendo a atividade profissional aos *dilemas da alienação* (IAMAMOTO, 2007; 2009) (p. 756).

Neste sentido, qual a importância de conhecer a conjuntura atual para o profissional de Serviço Social? Matos (2015) afirma que os direitos da classe trabalhadora vêm sendo solapados e que essa é uma temática basilar para assistentes sociais, “[...] uma vez que atendem à classe trabalhadora ao mesmo tempo que fazem parte dela” (MATOS, 2015, p. 683). Desponta-se assim, cada vez mais o acirramento das expressões da questão social, refletindo, por conseguinte, nas práticas sociais que incidem no processo de reprodução material da força de trabalho, onde se insere a experiência profissional dos assistentes sociais. O autor reflete que “[...] o avanço da contrarreforma do Estado e da reestruturação produtiva na década atual do século XXI tem “aprimorado” as suas ações, apresentando significativas consequências para a classe trabalhadora [...]” (MATOS, 2015, p. 688), o que repercute no trabalho de assistentes sociais.

Para tanto, faz-se necessário enxergar a totalidade da situação apresentada nas demandas profissionais, com um posicionamento crítico, instituir conexões com as determinações históricas e estruturais, pesquisando a realidade, pensando coletivamente as intervenções e questionando o direcionamento político empregado na atuação profissional. Quando se desconhece o objeto de intervenção e não se reflete sobre qual dimensão ético-política se está atuando, pode ser facilmente absorvido pela lógica institucional, engendrada na lógica capitalista.

Santos (2012) aponta que a pesquisa “devidamente informada numa perspectiva ético-política e teórico-metodológica, é um instrumento essencial” (p. 248). Sendo assim, investigação, intervenção, pesquisa e ação, ciência e técnica não devem ser percebidas como dimensões desconectadas. Os espaços de debate sobre a prática profissional à luz de uma reflexão teórica possibilitam o surgimento de inquietações,

reflexões e problematizações necessárias para uma atuação profissional mais consciente e consistente.

Considerações finais

Nesta análise, buscou-se elucidar alguns dos efeitos deletérios do sistema capitalista sobre a classe trabalhadora. O acirramento dos processos de precarização do trabalho, o enfraquecimento das legislações trabalhistas, a informalidade, a terceirização e o desemprego de longa duração, corroboram para o recrudescimento das expressões da questão social que afetam intimamente a classe trabalhadora. É imprescindível desvelar o cotidiano para intervir, construindo alternativas de enfrentamento e mecanismos de trabalho.

Pode-se inferir que o número de trabalhadores desempregados no município de Itaboraí/RJ, está relacionado à suspensão das obras no Comperj e que estes trabalhadores, em grande parte, terceirizados, vincularam-se ao mercado de trabalho ainda mais precarizado, sem direitos e garantias, a fim de garantir sua subsistência e a de seus familiares. Partindo do pressuposto de que as demissões em massa dos trabalhadores do Comperj foram decorrentes de uma radicalização da crise capitalista atual, pretende-se verificar como esta vem afetando os trabalhadores do complexo no município de Itaboraí/RJ, os quais tiveram seus direitos violados, como suspensão de pagamentos e salários atrasados.

A atuação do assistente social face às questões produzidas na atual conjuntura deve produzir um esforço em empreender uma intervenção profissional que reflete criticamente suas demandas, que pensa em estratégias com a participação da população usuária, que assume o “[...] compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual” (CFESS, 1993), que não se conforma com uma atuação profissional que serve aos ditames institucionais, e sim, que se percebe enquanto classe trabalhadora e luta pelos interesses de sua própria classe.

Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, R.; DRUCK, Graça. A epidemia da terceirização. In: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

BEHRING, E. R. **Brasil em Contra-Reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R. França e Brasil: realidades distintas da proteção social, entrelaçadas no fluxo da história. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 113, 2013.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Análise das Mudanças na PEC 287/2016 – Reforma da Previdência. Brasília (DF), 26 abr. 2017. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/noticias/2017/abril/analise-das-mudancas-na-pec-287-2016-2013-reforma-da-previdencia>>. Acesso em: 8 jun. 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros**. Brasília (DF), 2017.

DESEMPREGO fica em 12,6% em agosto e atinge 13,1 milhões, diz IBGE. **G1**, São Paulo, 29 set. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-126-em-agosto-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

DRUCK, G. A precarização social do trabalho no Brasil. In: ANTUNES, R. (org.). In: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. O enigma do capital: e as crises do capitalismo; São Paulo, Boitempo, 2011.

IANNI, O. A questão social. **Revista USP**, São Paulo, 1989.

LINHART, Danièle. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, R. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MANDEL, E. **A Crise do Capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaios, 1990.

MARANHÃO, C. H. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, A. E. (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade, 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MATOS, Maurílio. Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 124, 2015.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MONTAÑO, C. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.110, 2012.

NETTO, J. P. Desigualdade, Pobreza e Serviço Social. **Em Pauta**, Rio de Janeiro: UERJ, n.19, 2007.

PEC 287. Proposta de Emenda à Constituição. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=9B2A4B2EE6D83792578121D6878DFA91.proposicoesWebExterno2?codteor=1514975&filename=PEC+287/2016>. Acesso em: 8 jun. 2017.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

SANTOS, J. S. “**Questão Social**”: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SETOR de serviços volta a crescer e ajuda na recuperação da economia. **G1**, São Paulo, 1º set. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/setor-de-servicos-volta-a-crescer-e-ajuda-na-recuperacao-da-economia.ghtml>>. Acesso em: 1º dez. 2017.